



ANO XXXIX — Nº 043

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 87^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE MAIO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO RENATO VIANNA — Resultados decorrentes de simpósio realizado em Bonn, Alemanha, sobre a exportação de pesticidas a países do Terceiro Mundo.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 46/82, que acrescenta § 5º ao art. 15 da Constituição Federal. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 19/83, que estende aos Deputados Estaduais e aos Vereadores a inviolabilidade no exercício do mandato. **Votação adiada** por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 43/83, que altera o Capítulo III, no item I, do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores. **Discussão encerrada**, ficando a **votação adiada** por falta de quorum.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 1/84, que acrescenta parágrafo ao artigo 32 da Constituição.

2 — ATA DA 88^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE MAIO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CARNEIRO ARNAUD — Comentários a declarações do Sr. Affonso Celso Pastore, de que o déficit da balança de pagamentos do Brasil será igual a zero em 1987.

DEPUTADO EDISON LOBÃO, como Líder — Preocupação de S. Ex^a no que diz respeito à elevação das taxas de juros registradas nos EUA.

DEPUTADO BRANDÃO MONTEIRO, como Líder — Desentendimento ocorrido hoje, na Câmara dos Deputados, entre o Deputado Adail Vettorazzo e o fotógrafo André Dusek.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES, como Líder — Perfil da personalidade de Dom Hélder Câmara.

DEPUTADO HAROLDO SANFORD — Sucessão Presidencial.

DEPUTADO LUIZ HENRIQUE — Defesa de eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO — Considerações sobre possíveis negociações entre o Governo e as Oposições.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — 36º aniversário do Estado de Israel.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Esclarecimentos entre o ocorrido com S. Ex^a e o fotógrafo André Dusek. Requerimento encaminhado por vários Srs. Deputados ao Líder Nelson Marchezan, solicitando a reunião da bancada do PDS visando debater a Emenda Figueiredo.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Aniversário de fundação do jornal **O Fluminense**.

DEPUTADO JORGE CARONE — Eleições diretas para Presidente da República.

DEPUTADO ALDO PINTO — Sucessão presidencial, face a declarações prestadas à Imprensa pelo Ministro Carlos Átila.

DEPUTADO SEBASTIÃO NERY — Considerações sobre entrevista concedida pelo General Octávio Medeiros, relativa à possível retirada dos candidatos do PDS à Presidência da República.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Em questão de ordem, solicita à Presidência a inclusão em Ordem do Dia do voto parcial ao Projeto de Lei nº 14/83, cujo prazo para apreciação do Congresso Nacional expira na data de hoje.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

SR. PRESIDENTE — Indeferimento da questão de ordem suscitada pelo Sr. Francisco Amaral, pelas razões que enumera.

DEPUTADO EDISON LOBÃO — Reparos a discurso dos Srs. Aldo Pinto e Sebastião Nery, proferido na presente sessão.

DEPUTADO JOSE GENOINO — Nota da Diretoria Nacional do PT, reafirmando a continuação e intensificação da luta pela realização de eleições diretas já e anunciando a sua não participação no colégio eleitoral.

2.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Lélio Souza e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 20 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 89^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE MAIO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Lélio Souza e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

3.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 87^a Sessão Conjunta, em 9 de maio de 19842^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Maranhão

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Ving Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB;

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquission Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denissar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Hómero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel

Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosembergo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldáner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB;

Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minicarone — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 251 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Vianna.

O SR. RENATO VIANNA (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as recentes denúncias da Imprensa sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil torna oportuno comentar que, preocupados com a venda, a países em desenvolvimento, de produtos nocivos ao meio ambiente, os políticos da oposição alemã (Verdes e Social-democratas) querem impedir totalmente a exportação de pesticidas e agrotóxicos cuja utilização é proibida por lei na Alemanha. Um simpósio realizado pelos Verdes, em Bonn, sobre "Exportação de Pesticidas a Países do Terceiro Mundo" trouxe resultados assustadores:

"No Terceiro Mundo é produzido apenas um quarto de todos os pesticidas no mundo inteiro. No entanto, as vítimas nessa região são 13 vezes maiores em número. Todos os grandes fabricantes mundiais de pesticidas empregam no Terceiro Mundo produtos proibidos ou com utilização bastante restrita na Alemanha, conclui Juergen Knirsch, o biólogo e ativista de um grupo ecologista, funcionário da bancada parlamentar dos Verdes, que organizou o simpósio em Bonn, no final de Março.

Os intrincados problemas relacionados com a exportação de pesticidas — uma questão internacional que já ocupa dois organismos da ONU incontáveis grupos de ecologistas internacionais, os governos dos principais países industrializados e a comissão da CEE — começam com a legislação alemã, que é bastante severa na limitação imposta à utilização de determinados pesticidas e produtos agrotóxicos no próprio país, mas nada diz quanto a sua produção e exportação.

A lei de limitação e proibição de agrotóxicos na Alemanha, de 19 de dezembro de 1980 (publicada na pág. 2031 do Diário Oficial alemão) estipula, entre outras coisas, uma lista de 23 matérias químicas cuja utilização é rigorosamente proibida ou controlada. Exceção são permitidas na base de estudos localizados sobre condições de solo, tipo de plantaçāo etc., mas essa legislação não obriga fabricante algum a registrar, anunciar ou submeter a análise e controle produtos que exporta.

Indagado através de uma interpelação parlamentar dos Verdes, já em novembro de 1983, sobre esse aspecto, o Governo alemão reagiu dizendo que "não nos compete assumir a responsabilidade de decidir quais agrotóxicos ou produtos farmacêuticos devem ser importados ou não por um país, e como devem ser utilizados. Em várias ocasiões foi comu-

nicado aos países em desenvolvimento quais remédios ou produtos têm sido proibidos entre nós ou como devem ser utilizados."

Ao mesmo tempo, os governantes em Bonn apresentaram um projeto de lei que, na sua opinião, poderia estabelecer controle sobre a exportação de pesticidas. A lei deverá ser aprovada tranquilamente, com a maioria de democrata-cristãos e liberais no Bundestag, até julho, e prevê, quanto ao controle de exportação, os seguintes mecanismos:

a) Produtos destinados à exportação terão de ser detalhadamente descritos na embalagem. As informações deverão conter instruções precisas de utilização, aviso sobre possíveis consequências nocivas à saúde de pessoas ou ao meio ambiente, medidas de precaução em caso de acidente e como tratar pessoas afetadas pelos produtos tóxicos.

b) O Ministério da Agricultura alemão, em cooperação com outros ministérios, terá o direito de intervir, "sob determinadas premissas", para impedir a exportação de alguns tipos de produtos, não especificados ainda no projeto de lei.

c) Isto é a mesma coisa que deixar tudo como está diz Juergen Knirsch. — Esse "direito" assegurado ao Ministério da Agricultura não diz nada, pois depende apenas da interpretação de gente normalmente bastante dependente da poderosa indústria química, um dos nossos principais pilares de exportação. Um projeto do Partido Social-Democrata, que nós estávamos apoiando, foi derubado, ainda nas comissões parlamentares, pela maioria do Governo. Esse projeto do SPD era exatamente o contrário: excluía da exportação todos os produtos incluídos na lista de proibidos na Alemanha, mas deixava uma cláusula aberta, permitindo às autoridades abrir exceções em casos especiais, submetidos a estudos por especialistas.

O Governo alemão acha que não pode assumir a "patriotista posição" de dizer aos países em desenvolvimento o que têm de fazer. Na resposta do Ministro da Agricultura à interpelação parlamentar dos Verdes, o Governo de Bonn assinala que, desde 1972, a produção e utilização de DDT, além de transporte, importação ou exportação desse produto, está terminantemente proibida. Grandes quantidades desse produto são fabricados no Terceiro Mundo, inclusive por grandes firmas alemãs do setor com fábricas no Brasil, Índia e Peru — sem que as autoridades possam tomar qualquer medida contra.

Da lista de 23 matérias químicas proibidas na Alemanha, apenas uma — uma liga de mercúrio — é exportada para países em desenvolvimento. Essa informação foi dada pela Confederação das Indústrias de pesticidas ao Governo alemão, com mais alguns detalhes: trata-se da exportação de produtos especiais para utilização em arroz, algodão, café e frutas tropicais.

Tipo e volume das exportações de pesticidas são desconhecidos das autoridades alemãs. O Departamento Federal de Estatística não dispõe de dados completos, e as firmas tampouco são obrigadas a nunciá-los (como ocorre, por exemplo, nos setores de armamento ou de tecnologia e equipamentos nucleares). As câmaras de comércio exterior tampouco fornecem informações detalhadas. Há registros apenas sobre certificados de exportação conferidos a produtos e remédios, requeridos pelos próprios fabricantes, caso tenham sido pressionados pelos importadores. .

Dados divulgados pelos participantes do simpósio organizado pelos Verdes em Bonn dão conta de que a Alemanha é a principal exportadora mundial de pesticidas (em 1981) com um faturamento total de 2,6 bilhões de marcos (um bilhão de dólares). Das cinco grandes produtoras alemãs — Bayer, Basf, Hoechst, Schering e Celamerck — a primeira tem um volume de negócios, no setor de pesticidas, de 1,48 bilhão de marcos, o que lhe as-

segura posição mundial de liderança. Ainda de acordo com os mesmos dados, essa empresa alemã exporta aproximadamente 40% de sua produção nesse setor para países em desenvolvimento.

O nome Bayer foi citado em contexto bastante negativo durante as discussões organizadas pelos Verdes. Um comunicado distribuído à imprensa afirma que essa empresa alemã é a responsável pela distribuição de seis produtos (DDT, Heptacolor, Endsrin, Toxaphen, Aldrin e HCB), cuja utilização é proibida na Alemanha. No mesmo comunicado é citado o caso da morte de 26 pessoas, no Paraná, no começo de 1983, em consequência de envenenamento provocado pelos produtos Endrex 20 e Metasystox, ambos fabricados pela mencionada empresa. No mesmo contexto, foram citados os nomes da Hoescht, Gelamerck, Schering e Basf: todas exportam ou veiculam os mesmos produtos proibidos na Alemanha.

O balanço anual apresentado pela Confederação das Indústrias alemãs produtoras de pesticidas, em 1983, lamenta as restrições impostas ao mercado pelas medidas de contenção de importações adotadas principalmente por países sul-americanos, às vezes com dificuldades de dívida externa e balanço de pagamentos. O mesmo balanço afirma que até 70% da produção de pesticidas alemãs são destinados exclusivamente para o mercado externo.

Apesar das dificuldades, as exportações alemãs aumentaram em 6% (chegaram a 3,4 bilhões de marcos em 1982), graças principalmente à baixa do marco em relação ao dólar.

Isto não serve de base para analisar muita coisa, pois as principais indústrias químicas alemãs há décadas produzem também nos países em desenvolvimento. Os grupos de ecologistas aqui na Alemanha sequer têm idéia do que essas firmas fazem por lá. Há o caso da venda de Aldrin no Peru (um dos produtos cuja utilização é proibida por lei na Alemanha) e que deve vir provavelmente do Brasil, pois a firma que o vende lá não tem instalações para sua produção naquele país, mas as possui em São Paulo, eu acho. Nesse ponto, contudo, nossas informações não são muito exatas, e aqui não temos idéia de que tipo de produto que proibido aqui é produzido em que lugar. Só sabemos que é utilizado e distribuído — disse Juergen Knirsch.

A preocupação com o debate internacional já levou o Governo alemão a sugerir na OCDE um código internacional de conduta às principais firmas produtoras de pesticidas. Base da iniciativa é a declaração feita pelo então Ministro do Interior alemão, Gerhard Baun, durante uma reunião de países em desenvolvimento e países industrializados em Nairobi, Quênia, em maio de 1983.

Durante o encontro dos Verdes, o Brasil foi um dos países em desenvolvimento a receber a maior atenção. Há pelo menos dez diferentes grupos de ecologistas preocupados com o Brasil. No simpósio, os Verdes ouviram também contribuições de ecologistas brasileiros, entre eles Frederico Fuehlgarf e Lutzemberger. Os dados apresentados continham, em resumo, o seguinte:

1 — O Brasil é o terceiro maior consumidor de pesticidas do mundo.

2 — Herbicidas contendo a substância venenosa Dioxin já causaram várias mortes entre trabalhadores rurais. No Paraná morrem 50 pessoas por ano em consequência de contato com produtos agrotóxicos.

3 — A legislação brasileira se baseia em preceitos ultrapassados, de 1934.

Fontes para essas afirmações reproduzidas em Bonn foram principalmente diversos órgãos da imprensa brasileira. Para os organizadores do Congresso de Movimen-

tos Políticos de Desenvolvimento, que terá lugar em maio, o Brasil constitui "o mercado consumidor ideal para pesticidas".

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão das seguintes Propostas de Emenda à Constituição:

Nº 44, de 1983, que suprime o artigo 57 da Constituição Federal; e

Nº 47, de 1983, que restabelece os poderes do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 1982, que acrescenta § 5º do art. 15 da Constituição Federal, tendo

Parecer oral, proferido pelo Senhor Senador Almir Pinto, pela rejeição da Proposta.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta de 22 de março de 1983, às 11 horas, ficando a votação adiada por falta de quorum.

A Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse quorum, deixa de ser procedida a votação da matéria.

Pelo mesmo motivo, fica também adiada a votação do item 2 da pauta;

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)

Item 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 1983

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1983, que altera o Capítulo III, no item I do art. 13, para introduzir as imunidades parlamentares para os Deputados Estaduais e Vereadores, tendo

PARECER, sob nº 5, de 1984-CN, da Comissão Mista, pela aprovação da Proposta e rejeição da de nº 1, de 1984, que com ela tramita.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica a votação adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla)

Item 4:

Discussão em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1984, que acrescenta parágrafo ao artigo 32 da Constituição Federal, e dá nova redação ao seu parágrafo 4º.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica a votação adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 10 minutos.)

Ata da 88ª Sessão Conjunta, em 9 de maio de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

AS 19 HORAS E 5 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampayo — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pórtio — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canellas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Noser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno —

PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerro — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Araújo — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemburg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso

Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gérardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carrone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemberg Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Carlos Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarur — PMDB; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemburg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Macedo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Víctor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 297 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Carneiro Arnaud.

O SR. CARNEIRO ARNAUD (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o Brasil é o País de maior número de advinhos e futurologistas, no primeiro caso, por herança dos nossos velhos pajés; no segundo, por inspiração dos nossos modernos estatísticos e sociólogos.

Assim, não é de admirar que o Presidente do Banco Central, Sr. Affonso Celso Pastore, faça previsão de que o nosso déficit no balanço de pagamento será igual a zero, em 1987.

Até lá — diz a ironia nordestina — morrem o boi e quem o tange. Ninguém ignora que nosso acordo com o Fundo Monetário Internacional só tem vigência até dezembro de 1985, se não for denunciado, no princípio do ano, pelo próximo Governo.

Uma previsão, com antecedência de três anos, em matéria econômico-financeira, no pico de uma crise internacional, não deixa de ser puro e simples futurismo.

Mas o Sr. Pastore, amigo dileto de Delfim Netto, deve estar jogando na eleição de Andreazza ou Maluf, os únicos que continuariam com a equipe econômico-financeira que aí está, ou grande parte dela.

Mais astuto que o Sr. Celso Pastore, anda muito silencioso o Sr. Delfim Netto, que não fala nem em sucessão,

nem em processo eleitoral, nem em emenda constitucional do Governo. Está na muda, e outros passarinhos que cantem, ma gaiola do Palácio dos Despachos.

Afinal de contas, não nos interessa como e quando zerar o déficit, mas a maneira de vivermos com os combustíveis que produzimos, dinamizando a Central de Medicamentos, pois a conta dos farmoquímicos é das maiores neste País onde se vendem mais de cinco mil reais médios com componentes importados.

Precisamos zerar essas importações, inclusive de petróleo, e reduzir à metade a remessa de lucros, liquidando pelo menos oitenta por cento das empresas estatais e noventa por cento de suas mordomias.

Igualmente é necessário, conforme proposta de Paulo Lira, ex-Presidente do Banco Central, congelamento das remessas dos serviços da dívida externa por cinco anos. Não se trata de um alívio temporário ou ilusório, como pensa Pastore, porque em um quinquênio pode perfeitamente passar a ter superávit o orçamento norte-americano, podem cair os juros internacionais, pode melhorar nossa produção de combustíveis, crescer a exportação de grãos e de minérios, assumir a indústria a plenitude de seu potencial hoje altamente ocioso.

Em Economia, evidentemente, é proibido adivinhar. Mas qualquer leigo é capaz de concluir que o congelamento de nossa dívida interna pode resultar numa economia de dez bilhões de dólares por ano, para a recuperação econômico-financeira do País.

Se o problema é adivinhar, pode-se também fazer augúrios, como o inefável Dr. Pastore.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra para fazer uma comunicação como Líder do Governo e do PDS nesta Casa. Trata-se de nota que acaba de ser emitida pelo Ministério das Relações Exteriores do nosso País, e que passo a ler:

“O Governo brasileiro tomou conhecimento, com apreensão, da nova elevação na taxa de juros registrada nos EUA, fato que acarreta considerável agravamento do ônus representado pelo serviço da dívida para os numerosos países em desenvolvimento com alto grau de endividamento.

2. A elevação das taxas de juros constitui fator de perturbação dos ingentes esforços de ajustamento em que se empenha o povo brasileiro, com sacrifício para todos e forte ânimo diante de severos ônus econômicos e sociais.

3. Os efeitos dos aumentos nas taxas de juros anulam parte significativa dos resultados dos esforços de ajustamento e em nada contribuem para manter a esperança de dias melhores que é tão necessária em momentos de dificuldades e sacrifícios.

4. O Brasil e outros países latino-americanos vêm dando à comunidade internacional reiteradas demonstrações da seriedade com que encaram seus compromissos externos. O Governo brasileiro espera que os Governos dos países credores considerem, em suas decisões de política econômica, as repercussões, por vezes graves, que podem elas acarretar para os países endividados e os meios de atenuá-las.”

Era a comunicação que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PDT, Deputado Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, também recebemos com grande apreensão a notícia do aumento dos juros internacionais, o que, na verdade, veio provar tudo quanto a Oposição brasileira tem colocado com relação à monstruosa dívida do País. É a ganância dos bancos internacionais, a posição do capitalismo internacional em relação aos países em desenvolvimento, tentando sugá-los a cada dia. Agora mesmo, o Líder do PDS leu uma nota que o Ministério das Relações Exteriores emitiu a respeito do problema.

Queremos abordar outra questão, Sr. Presidente, até por um dever de ofício desagradável. Acabamos de receber uma nota do Comitê de Imprensa desta Casa, dirigida ao Deputado Flávio Marcílio, em que o Presidente daquele órgão representativo da imprensa denuncia ao Presidente da Câmara dos Deputados — solicitando também que a todas as Lideranças seja comunicado o fato — que, infelizmente, teria havido um atrito entre o Deputado Adail Vettorazzo e um fotógrafo. Aqui quero colocar a minha posição de lealdade para com as pessoas, para com os jornalistas e para com o colega, pois preveni S. Ex* de que iria ler a nota ou fazer menção a ela. O Comitê de Imprensa protesta contra a atitude do Deputado Adail Vettorazzo, que teria agredido o fotógrafo André Dusek. Queremos lamentar este fato e dizer que é nossa obrigação, enquanto parlamentares, trazer ao conhecimento da Casa a nota, enviada ao Presidente Flávio Marcílio, com cópia para todas as Lideranças. O PDT recebeu cópia, e aqui coloco o problema, até porque o Deputado Adail Vettorazzo poderá, nesta mesma sessão, explicar-se perante a Casa. Lamentamos o episódio, e até mais, uma vez que a nota, que passo a ler, informa que teria havido tipo de agressão e ameaça:

“Brasília, 9 de maio de 1984

Excelentíssimo Senhor
Deputado Flávio Marcílio
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Senhor Presidente,

Levamos ao conhecimento de Vossa Excelência, em nome de todos os jornalistas credenciados junto ao Comitê de Imprensa desta Câmara dos Deputados que, hoje, por volta das 16h e 30m, no plenário desta Casa, o nosso companheiro André Dusek, repórter-fotográfico da “Agência Agil”, trabalhando para a revista *Isto É*, e mesmo depois de se apresentar e se identificar perante o Parlamentar, foi agredido verbalmente e ameaçado de morte pelo Deputado Adail Vettorazzo, da bancada do PDS de São Paulo.

Como tal fato contraria toda a tradição de respeito mútuo e respeito profissional que sempre nortearam a atividade dos jornalistas e dos Parlamentares, no Congresso Nacional, estamos levando o fato ao conhecimento dessa Presidência, e cópia desta será remetida a cada Liderança de partido na Câmara, para que todos saibam das ameaças de que foi vítima nosso companheiro e, também, para que se garanta a vida e o futuro do repórter-fotográfico e nosso colega do Comitê.

Tomando-se por base a tradição de bom profissional e de correto jornalista, caracterizada pelo seu dia-a-dia na Câmara, só podíamos tomar esta iniciativa, neste momento, esperando que essa Presidência adote as medidas preventivas necessárias para a garantia do trabalho de André Dusek e de todos os demais profissionais credenciados nesta Casa, já que, de nossa parte, estaremos todos vigilantes diante desta repulsiva e condenável ameaça.

Receba, renovadas, as nossas cordiais
saudações,

(ilegível) — p/Presidência do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares, por delegação da Liderança do PMDB.

A SR^a CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, é sempre uma honra renovada e redobrada homenagear e reverenciar Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, o cearense que se tornou pastor e cidadão do Brasil e do mundo.

São 75 anos de vida, mais de 52 de sacerdócio, 20 dos quais à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife, onde desenvolveu intenso e profícuo trabalho, a exemplo do que fizera em Fortaleza, no início de sua carreira, e no Rio de Janeiro, durante 28 anos.

Inúmeros aspectos da personalidade e da ação de Dom Hélder poderiam ser destacados: educador, logo após sua ordenação, em 1931, foi nomeado Diretor do Departamento de Educação do Estado do Ceará, atividade que continuou no Rio de Janeiro, tendo exercido os cargos de Diretor do Serviço de Medidas e Programas da Secretaria de Educação, Técnico do Ministério da Educação e membro do Conselho Nacional de Educação.

Desde cedo, ainda em Fortaleza, passou a dedicar parte de seu tempo ao Movimento de Operários; em 1956, funda a Cruzada São Sebastião, destinada a dar atendimento aos favelados do Rio de Janeiro; em 1959, funda o Banco da Providência, para prestar ajuda às camadas mais pobres da população carioca.

Escritor emérito, foi redator e diretor da **Revista Católica** e assíduo colaborador de vários outros periódicos. Além de incontáveis artigos, mensagens, circulares, prefácios etc., é autor de 12 livros, em português, italiano, francês e alemão, a maioria dos quais traduzidos em diversas línguas. Em suas obras, Dom Hélder denuncia, com proverbial sabedoria, a dominação das grandes potências sobre os países pobres, não se conformando com a exploração e violência de que estes são vítimas.

Notável, também, foi, e continua sendo, a atuação pastoral de Dom Hélder, com repercussão nacional e internacional. Idealizou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para possibilitar a ação conjunta dos prelados brasileiros; no âmbito continental, com idêntico propósito, ajudou a fundar o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). Nessas duas entidades, bem como junto à Santa Sé, exerceu importantes cargos e desempenhou relevantes missões, destacando-se por sua competência, seriedade e capacidade de organização e de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, a grande quantidade de títulos e prêmios que recebeu, no Brasil e no Exterior, atestam o reconhecimento da comunidade brasileira e mundial pelo que Dom Hélder fez, ao longo de sua existência, através de ações pastorais, filantrópicas, sociais e políticas, batalhando corajosamente em favor dos direitos dos pobres e marginalizados, dos fracos e oprimidos.

Conforme assinalou Irmã Maria Bernarda, nos "Dados biográficos de um pastor, profeta universal", no livro "Dom Hélder, Pastor e Profeta", existem nele algumas constantes que parecem caracterizar muito bem sua presença de pai e pastor no meio de seu povo:

— amigo dos pobres, de coração sempre aberto às mais diferentes necessidades;

— perspicaz, intuitivo, observador, com visão de profeta projetada para o futuro, com dimensões universais;

— homem de fé e oração simples e confiante, como o atestam suas mesmas palavras; "Não me dou à penitência... não sou homem de autoflagelações. Em vez disso, acordo-me todas as madrugadas, às 2 horas, e entrego-me à vigília. Minha vigília é uma conversa com Deus, uma conversa de camaradas que não devem ter formalismos e nem cerimônias uns com os outros".

Há, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, uma linha de coerência na vida de Dom Hélder, mesmo quando se analisa o que chamou de seu "pecado da juventude". A propósito, o cientista político gaúcho Hélio Trindade explica:

"Ele chegou ao integralismo vindo da Legião Cearense do Trabalho, que tinha uma nítida visão operária e social, e antes trabalhara na Juventude Operária Católica. Nesse sentido, as posições que assumirá depois são perfeitamente compatíveis com suas preocupações sociais dos anos 30."

Em 1977, ante os rumores de que talvez lhe fosse devidido o direito de falar na televisão, desde que se limitasse rigorosamente à evangelização, sem partir para a politização, para a humanização, Dom Hélder foi claro e incisivo:

"Essas separações eu não sei fazer. Nunca me senti um pastor simplesmente de almas. Sou um pastor de homens, de criaturas humanas com alma, corpo e todas as suas consequências. E a mim me interessam cada vez mais os grandes problemas humanos. Isso me parece inclusive uma obrigação evangélica, de forma que o silêncio no Brasil não depende de mim."

Como que antevendo os rumos que o golpe militar de 1964 tomaria, Dom Hélder avisou, logo na mensagem de posse como Arcebispo de Olinda e Recife, em 12 de abril daquele mesmo ano:

"Ninguém se escandalize quando me vir freqüentando criaturas tidas como indignas e pecadoras. Quem não é pecador? Quem pode jogar a primeira pedra? Nosso Senhor, acusado de andar com publicanos e almoçar com pecadores, respondeu que justamente os doentes é que precisam de médico.

Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionários ou revolucionários, tidas como de boa ou de má fé.

Ninguém pretenda prender-me a um grupo, ligar-me a um partido, tendo como amigos ou seus amigos e querendo que eu adote as suas inimizades.

Minha porta e meu coração estarão abertos a todos, absolutamente a todos. Cristo morreu por todos os homens: a ninguém devo excluir do diálogo fraterno."

Possessuindo, Dom Hélder não esmoreceu; ameaçado, não se intimidou; banido dos meios de comunicação do País por ferrea censura, encontrou no Exterior os canais de que necessitava para continuar sua pregação contra a violência e o arbítrio, em defesa dos direitos humanos, sua casa mais de uma vez foi metralhada e picheada; auxiliares seus foram presos e torturados, tendo sido barbaramente assassinado o jovem Padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, Assistente da Pastoral da Juventude, em maio de 1969.

A cada golpe recebido, Dom Hélder encontrava novas forças para continuar a fascinante luta em favor de seu povo, de sua região, de seu País, como "arauto da democracia e profeta da justiça social".

Lembremos, agora, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, da "Saudação Fraterna aos Parlamentares de Pernambuco e de todo o Brasil", palestra proferida por Dom Hélder Câmara, em 31 de maio de 1973, agradecendo a homenagem ao Clero, durante as comemorações do sesquicentenário da instalação do Poder Legislativo

no Brasil. Entre outras sábias considerações, disse o nosso Arcebispo:

"Ofenderíamos a memória de figuras ilustres do nosso Parlamento, grandes por sua lucidez, ainda maiores por sua bravura cívica, se nos faltasse ânimo de ao menos manifestar a esperança e o anseio de ver o Parlamento reintegrado em suas imunidades, não evidentemente para acobertar abusos de Parlamentares indignos, mas para tornar possível a inalienável missão política de, em nome do Povo, exercer sua função crítica para com o Executivo, denunciar injustiças e opressões, velar para que o modelo de desenvolvimento adotado, oficialmente, importe no desenvolvimento integral do homem brasileiro e de todos os brasileiros, em lugar de ser enriquecimento desmedido de grupos privilegiados, altamente ligados a macroempresas, multinacionais, e isto, como sempre, ao preço da proletarização de massas sempre mais amplas do nosso País."

Felizmente, nobres Colegas, Dom Hélder já anunciou que sua aposentadoria do Arcebispado de Olinda e Recife não significará o fim de sua atividade de Bispo, no Brasil e no Exterior, pois continuará, enquanto tiver vida e lucidez, a anunciar a mensagem de Amor e de Paz de Cristo.

Parabéns, Dom Hélder; obrigada, e que Deus lhe dê forças para prosseguir a luta em prol dos direitos humanos, da não-violência, da justiça social, da democracia

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Haroldo Sanford.

O SR. HAROLDO SANFORD (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, após estes vinte anos em que o Brasil viveu um regime autoritário, era de se esperar que, na sucessão presidencial do dia 15 de janeiro, a Nação brasileira se reencontrasse novamente numa disputa democrática.

Era de se esperar, Sr. Presidente, que os partidos atualmente constituídos apresentassem os candidatos que bem entendessem à sua Convenção, a realizar-se até o dia 5 de setembro, e aquela Convenção, sendo soberana, legal, legítima, pudesse, naquelas condições, escolher seu candidato à Presidente da República.

Creio, Sr. Presidente, que mais uma vez vamos repetir processos sucessórios dos períodos de exceção, que envergonharam a Nação brasileira, de 1964 para cá. Em cada um deles, como se a guarda pretoriana quisesse fazer o novo Presidente, que sucedia a outros Presidentes.

Depois desses longos vinte anos, de muitos dias sem sol, de muitas noites de eterno luto, gostaríamos, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que a sucessão de 1985 anorasse no porto das franquias democráticas. Mas parece, Sr. Presidente, que o povo está querendo mudanças. Quando a Nação brasileira diz "eleições diretas — já", acredito que ela não deseja, por mais um minuto sequer, a continuação do Governo que aí está. Apesar desses vinte anos, daí que nos foi legado para fazer a grandeza e a felicidade do povo brasileiro, a Nação deseja, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, renovação.

Não queremos mais o regime militar de 1964, que vai findar, se Deus quiser, em 15 de março de 1985.

É preciso que se diga isso, para que o Presidente da República fique ciente de que o País inteiro deseja mudar, nem que seja para pior. Mas não podemos mudar para pior, temos de mudar para melhor. E tenho certeza, Sr. Presidente, de que, com esse tal candidato de consenso, sobre quem, nos últimos dias, tanto se tem falado, o que se quer é ressuscitar aquela velha meretriz do despotismo, porque candidato de consenso, Sr. Presidente...

Ainda hoje corria insistentemente nesta Casa a notícia de que o Presidente da República teria declarado, há

poucos instantes, ao desembarcar no Aeroporto Internacional de Brasília, proveniente de São Paulo, que faria um apelo aos candidatos presidenciáveis de todos os partidos no sentido de que renunciassem às suas candidaturas.

Eu pergunto: renunciar para quê? Para encontrar um candidato de consenso? E quem seria, Sr. Presidente, esse candidato de consenso? Seria o próprio Presidente da República! Acreditamos que não. S. Ex^e tem declarado inúmeras vezes que não deseja ficar à frente do Governo um minuto sequer a mais, e nós acreditamos na sinceridade do Sr. Presidente da República. Não acreditamos, Sr. Presidente, é nos áulicos do Planalto, naqueles que durante esses 20 anos se locupletaram da coisa pública e não querem abandonar o Palácio.

Estamos aqui para dizer que o candidato do PDS será escolhido na Convenção, até o dia 5 de setembro, e se amanhã as pressões de pessoas ou de instituições chegarão ao ponto de o PDS não ter candidato ou não haver candidato de consenso, será preferível que nós nos associássemos às oposições nesta Casa e no dia 15 de janeiro, se necessário fosse — não desejamos isto — votássemos também num candidato da oposição.

Aqui fica, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nosso protesto contra esse tão falado candidato de consenso. Já sabemos o que é candidato de consenso. Basta ver, nesses 20 anos, como foram feitos os candidatos do Governo. Ao Alto Comando do Exército — não era nem das outras Forças Armadas — competia dizer à Nação quem era o seu futuro Presidente. E aqui nós estamos para dizer que não aceitamos consenso desta maneira. O consenso tem que vir dentro das regras constitucionais.

Se elas não são boas, compete a este Congresso modificá-las, mas não aceitaremos em hipótese alguma candidato imposto para ser o futuro Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o verdadeiro consenso se faz pela consulta ao voto popular. Não há outra fórmula, não há outro sistema senão o de permitir, o de garantir a cada um dos integrantes do verdadeiro Colégio Eleitoral, que é composto do total do eleitorado brasileiro, o direito de exercer, pelo voto, a escolha daqueles que devam ser o Presidente da República, o Governador, o Prefeito Municipal, os Parlamentares de nível federal, estadual e municipal. Por isso, Sr. Presidente, nos encontramos neste impasse, o impasse da ilha palaciana, cercada pelo oceano de vozes do povo a dizer "eleições diretas já", a negar a oitiva do que quer o povo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o impasse está exatamente na surdez do grupo palaciano, que não quer ouvir o clamor do povo, inequivocamente expressada ao longo de tantas e tantas manifestações, ao longo de tantas pesquisas de opinião pública. O impasse aí está. Não há fórmula, não há alquimia, não há sistemática, não há solução mágica que dê ao País um governo com credibilidade a não ser a partir da decisão soberana de cada um dos integrantes do eleitorado brasileiro.

O Presidente da República, diante do cipoal de problemas que essa sucessão, "biônica" acabou gerando, fez, sim — e não como disse o Deputado Haroldo Sanford — um apelo aos candidatos do seu partido, um apelo aos candidatos do PDS, um apelo àqueles que colocaram seus nomes para disputar o voto no Colégio Eleitoral, restrito, ilegítimo e repelido pelo povo, para que renunciem às suas candidaturas, o que permitirá ao Presidente da República encontrar uma fórmula de encaminhamento da sua sucessão. Não se referiu S. Ex^e aos demais can-

didatos, nem poderia fazê-lo, porque não teria o direito de se imiscuir em questões internas dos demais partidos. Fê-lo, sim, em relação aos candidatos do PDS.

Por isto, Sr. Presidente, este fato aumenta a nossa convicção de que esta sucessão embrulhada só tem uma razão, só tem um motivo, só tem uma causa: é a bionicidade pela qual se instituiu a escolha do sucessor do General Figueiredo. Só há uma saída, e o Presidente Ulysses Guimarães foi muito feliz quando disse, dessa tribuna, que eleições diretas podem não levar a tudo, mas eleições indiretas certamente levarão a nada, levarão ao caos, porque não terão o poder de dar ao futuro Presidente da República credibilidade, respeitabilidade, apoio popular para fazer as mudanças que são ansiadas pela população brasileira, como o próprio Presidente da República acabou reconhecendo no seu pronunciamento à Nação.

Só as eleições diretas poderão nos tirar deste impasse, deste emaranhado, deste túnel escuro. Só as eleições diretas serão capazes de nos oferecer a luz e de conduzir este País a uma democracia estável e perene.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, percebe-se, na área das oposições, o entusiasmo de menina-moça pela novidade negociadora que está no ar. E é com este entusiasmo que já surgem, neste microfone, nesta tribuna, na banda de cá deste plenário, fórmulas criativas de todas as naturezas, de todos os gêneros, na tentativa de estabelecer, afinal, negociação com o outro lado.

É hora de peguntar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, fraternalmente, aos meus companheiros de Oposição com quem se negociará do outro lado, pois do lado de lá se percebe a mais absoluta confusão. Aí está o porta-voz do Presidente, o homem que desmente as declarações presidenciais, a anunciar novos fatos políticos da maior significação, sem que a Nação possa ter certeza de que esses fatos viverão pelo menos 24 horas. Quando não é a confusão, é a prepotência que se percebe do outro lado da rua, quando a proposta negociadora vem condicionada a que se subordine à fórmula proposta, isto é, sucessão biônica e diretas em 88.

Não há negociação possível quando um lado se entusiasma, como garotas na puberdade, e o outro lado, prepotente, dispõe-se a permanecer na mesma posição intransigente. Negociação, sim, esta Oposição que aqui está, e está há vinte anos, dispõe-se a fazer, como se dispõe sempre. E não para outra coisa nos candidatamos, e não para outra coisa chegamos ao Congresso Nacional, senão para o entendimento político. Mas é preciso que haja, de ambos os lados, não apenas alguma boa fé, mas um mínimo de credibilidade, um mínimo de seriedade. E isto, infelizmente, não se pode apontar do lado do Governo da República. Não há uma voz autorizada, que defenda uma posição política coerente e duradoura, ao menos por vinte e quatro horas.

De outra parte, na área da Oposição estabeleceu-se com a força incoercível dos fatos, quem tem o círculo negociador: aqueles que foram às ruas buscar a legitimidade do apoio popular, aqueles que dirigiram a memorável campanha das eleições diretas e que se constituíram no Comitê Suprapartidário, composto de representantes dos partidos de oposição, dos segmentos do PDS engajados na luta pró-diretas, nos segmentos da sociedade civil organizada, como a OAB, a ABI e uma infinidade de entidades de alta representação e respeitabilidade.

Assim, se o Governo pretende ouvir a Nação, não precisa fazer mais do que freqüentar o Comitê Suprapartidário — que não conferiu às oposições políticas nesta

Casa cacife para que falasse em seu nome, mas se integrou, isto sim, na construção de um cacife popular.

Com a Nação, ali representada através dos partidos de oposição e da sociedade civil, é que o Governo deverá conversar, quando encontrar uma linguagem e quando descobrir, no seu interior, alguém que possa interpretá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, transcorreu no dia 7 último o trigésimo sexto aniversário do Estado de Israel, uma das mais jovens nações do mundo e um povo que remonta à mais longínqua antiguidade, que tem na figura lendária de Abraão o patriarca da sua religião, como do eslamismo, do catolicismo e do protestantismo, cumprida a promessa do Creador de que sua descendência se estenderia por todos os pontos da terra.

Dos caldeus e babilônios, há monumentos; dos egípcios e fenícios, alguns traços culturais em povos sobreviventes; mas nenhum contemporâneo do Reino de Judá conserva, atualmente, os mesmos traços morais e religiosos que o povo judeu, fiel à Bíblia e ao Tamul, difundindo os dez mandamentos mosáicos em toda a face da terra.

Foi o povo que viveu maior número de diásporas, que sofreu sucessivos períodos de escravidão, mas pôde, pela força da sua fé, erguer-se de cada queda, para mostrar ao mundo a eternidade do Povo Eleito, que será testemunha da consumação dos séculos, segundo a promessa bíblica.

Desde o ano de 70 da nossa era, até 1948, durante mais de dezoito séculos, os judeus sofreram sua mais longa diáspora, transformados em "sefaradim" na Península Ibérica e em "Asquinazim" no resto da Europa, mas obtendo, por vezes, a glória e a fama nas ciências, nas artes, nas letras, na filosofia e na teologia, torturados nas fogueiras medievais, também aparecendo como Governantes, como aconteceu com Disraeli, o famoso Beaconsfield, na Inglaterra, ou financiando as guerras napoleônicas, como aconteceria como Rothschild, o maior banqueiro da Europa no século passado.

Mas os judeus também estavam entre os pregueiros da Revolução Francesa, entre os promotores da independência norte-americana, entre os que construíram a grandeza econômica e cultural dos jovens países latino-americanos.

Vale salientar que a conquista do Estado de Israel se verificou quando presidia o Organização das Nações Unidas o brasileiro Osvaldo Aranha, e, por isso, mesmo, nosso País ficou intimamente ligado à sua declaração de independência, a quem nos vinculam, pelos ancestrais dos "sabras" de hoje, laços perene amizade e de profundo reconhecimento pelo que fizeram pelo Brasil, desde quando Fernando de Noronha construiu o primeiro engenho de cana no Brasil, até a obra literária de Antônio José, sacrificado pela inconfidência portuguesa.

Queremos levar ao Estado de Israel nossas mais efusivas felicitações pela sua data nacional, comemorada em todo o mundo.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Sem revisão do orador) Sr. Presidente, antes de abordar o tema principal do meu pronunciamento nesta noite, gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre fato que ocorreu conosco e com o repórter André Dusek.

Há dois dias, Sr. Presidente, esse repórter e uma voz feminina telefonaram insistentemente para o nosso gabi-

nete procurando marcar um horário para fazer uma foto nossa. Estranhamos, Sr. Presidente, esse pedido, sobre tudo num período em que, sabe-se, montam-se painéis fotográficos e páginas de boletins com fotografias e textos desprímorosos a respeito dos Deputados que não disseram "sim" à Emenda Dante de Oliveira.

Quando saia hoje do meu gabinete, deparei-me com o referido fotógrafo, que me expôs sua pretensão. Disse-lhe, na ocasião, que não desejava ser por ele fotografado, embora respeitasse a sua profissão. Incontinenti, dirigi-me a este plenário, e surpreso fiquei com a atitude desse jovem, que por certo não se coaduna com a postura de toda a classe de profissionais dos veículos de comunicação.

Os Deputados Mozarildo Cavalcanti e Alcides Lima são testemunhas dos abusos cometidos por esse profissional. Chegamos inclusive, Sr. Presidente, a quase pedir à Presidência a sua retirada de plenário, mas em respeito à classe dos profissionais da imprensa preferimos contornar a situação. Por quatro vezes tivemos que deixar o local em que nos encontrávamos para fugir, Sr. Presidente, ao flagrante da objetiva do Sr. André Dusek.

Por que tanto insistia S. Ex^a em bater essa foto? Esta a pergunta que me atormentava. Por várias vezes, polidamente, eu lhe pedira o favor de não me perturbar, mas nada o sensibilizava. E vários Deputados são testemunhas desse fato. Aproximamo-nos, então, dele, na frente de dezenas de Parlamentares e, em tom mais grave verberramos a sua atitude e o ameaçamos de pedir a sua retirada de plenário e o seu descredenciamento.

Estes, Sr. Presidente, os fatos sobre os quais devemos prestar informações ao Presidente da Câmara.

Mas, Sr. Presidente, o que de fato me traz a esta tribuna é a movimentação da bancada do PDS na Câmara dos Deputados. Mais de cem Parlamentares, companheiros nossos do PDS, houveram por bem assinar requerimento dirigido ao nosso Líder Nelson Marchezan, no sentido de que S. Ex^a convoque a bancada do PDS na Câmara. E por que o fizeram? Porque, Sr. Presidente, entendemos que a nossa bancada, que é majoritária nesta Casa, tem não só o direito, mas o dever, também, de participar ativamente do encaminhamento de todas as discussões que possam envolver a sucessão presidencial.

Esses Deputados signatários estão ponderando ao nosso Líder Nelson Marchezan que, existindo em tramitação no Congresso Nacional proposta de emenda de autoria do Exm^o Sr. Presidente da República, é necessário que previamente seja ouvida a bancada, para que depois o pensamento da maioria possa ser levado a todo o partido e, inclusive, no sentido da negociação com a Oposição.

Por fim, nessa série de considerandos que fazemos nesse requerimento dirigido ao nosso Líder Nelson Marchezan, citamos o fato de que os veículos de comunicação vêm divulgando sistematicamente notícias de entendimentos, já em franco andamento, entre a Liderança do PDS na Câmara Federal e representantes da Oposição.

Ora, nós, Deputados Federais do PDS, não podemos concordar com algumas posições que não representem o desejo, a manifestação expressa da maioria de nosso partido.

Assim entendendo, Sr. Presidente, no dia de hoje mais de 100 Deputados assinaram o requerimento dirigido ao nobre Deputado Nelson Marchezan. Até acredito, pelo que conheço do nobre Líder, que S. Ex^a mesmo iria, por livre decisão, convocar a bancada. Mas como existe urgência na convocação, por uma série de fatos que acontecem num ritmo e numa velocidade muito grande, entendo que esta seria a melhor posição da bancada do PDS.

Sr. Presidente, estamos pedindo — repito — em caráter de urgência, ao nobre Líder Nelson Marchezan a convocação da bancada do PDS, para que democratica-

mente a maioria possa estudar e estabelecer com nosso próprio Líder diretrizes ou parâmetros a serem observados no encaminhamento das discussões e entendimentos sobre a emenda do Presidente Figueiredo e própria sucessão presidencial.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ) Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o dia 8 de maio, ontem transcorrido, assinalou a data de fundação do jornal **O Fluminense**, editado desde o primeiro número em Niterói, capital da antiga Província do Rio de Janeiro.

Nascido da visão e do idealismo de Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luiz Ferreira Travassos, consolidou, nos 106 anos de uma profícua existência, alto conceito jornalístico, graças aos excelentes profissionais de imprensa e funcionários de escol que nele sempre labutaram e ali continuam a exceder-se em zelo e dedicação, na defesa invariável das boas causas.

Em meio a períodos de grande efervescência política, social e econômica, que culminaram em eventos tão importantes quanto a Abolição, a Proclamação Republicana, as Revoluções de 30 e 64, as duas Grandes Guerras, a queda da ditadura em 45 e todos os demais acontecimentos e movimentos cívicos de que foi fértil esse século e pouco, **O Fluminense** teve marcante presença histórica, sem jamais fugir aos princípios éticos que inspiraram seus criadores nem violar diretrizes traçadas desde seus primórdios.

Lançada ainda no Império, retratou em suas páginas uma época florescente da Velha Província, projetando para a posteridade poetas, jornalistas, escritores, políticos, heróis militares, membros da aristocracia rural fluminense, então em pleno fastígio, professores eméritos, intelectuais de raro saber e até estadiastas.

Espelhou, também, as bonanças e turbulências de uma era de ebulição, testemunhou as primeiras fases da industrialização, presenciou, sofreu e venceu crises econômico-financeiras e políticas.

Qualquer que fosse a conjuntura, porém, procurou, acima de tudo, ficar ao lado daquilo que considerava o interesse público, atento aos verdadeiros anseios da comunidade, acolhendo sem reservas o que era certo e justo e erguendo bandeiras de luta, guarnecididas pelo denodo, pela fineza e pela convicção de que à imprensa digna só cabe o papel de defensora do bem comum da população.

Esplírito público nunca faltou às brilhantes equipes que se vêm sucedendo nas redações de **O Fluminense**.

Nos momentos decisivos e nas grandes jornadas, o povo do Estado do Rio tem a certeza de que o corajoso diário estará a seu lado, amparado por postulados básicos que são a garantia de sua atuação isenta e imparcial.

Desta tribuna do Congresso Nacional, apresentamos nossas efusivas congratulações a toda a valiosa equipe de jornalistas e ao corpo administrativo que compõem o quadro atual de **O Fluminense**, na pessoa de seu digno e culto Diretor-Presidente, Alberto Torres, evocando, ao mesmo tempo, a memória daqueles denodados fundadores e seus sucessores, enaltecedo a todos que colaboraram e colaboraram para tornar **O Fluminense** jornal-paradigma da imprensa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG) Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em minha vida pública, desde como Prefeito de Visconde do Rio Branco, como Deputado Estadual e como Prefeito

de Belo Horizonte, nunca devi minhas eleições a nenhum partido, porque todas elas foram feitas na base do meu trabalho e do meu prestígio pessoal. Elegi minha esposa quatro dias antes das eleições — é, a marca registrada Carone, que fala a verdade — e ela teve cassado seu mandato nesta Casa, porque nós resolvemos não deixar que a Constituição brasileira, que nossa espinha dorsal, que a imunidade fosse quebrada por ato violento, na época, das Forças Armadas, que exigiam a cabeça do Deputado Márcio Moreira Alves.

Quero dizer agora que devemos pensar bem. Não tenho nada a perder. Já avisei que a corda está esticada. A classe política precisa ter juízo, precisa ter entendimento, precisa ter maioridade. Já aconteceu aqui, no passado, quando D. João VI disse a D. Pedro: "Pedro, põe a coroa sobre a cabeça, antes que algum aventureiro o faça". E agora digo aqui para a classe política: é preciso colocar um Presidente da República civil, antes que algum aventureiro General coloque a coroa na cabeça. Esta é a verdade. Quem quiser verá que estou falando a verdade. Eles estão torcendo para que nós, civis, não nos entendamos, porque só assim poderão sobreviver. Então, a classe política, a qualquer preço e a qualquer custo, tem de salvar este País de um regime militar que, há vinte anos, vive infelicitando-o. Acusam o Presidente Figueiredo. Com toda a sinceridade e autoridade que tenho, acho que ele recebeu um país em péssima situação. Não fez obra alguma: ficou segurando a vaca para os outros marmarem, porque os contratos eram抗igos. Isso veio desde o tempo de Médici. Houve época em que se faziam obras faraônicas, mas não assistimos a este Governo fazer nenhuma. Falo com toda a sinceridade. Temos a anistia, não resta dúvida, com a participação dele. Tivemos a OAB, os estudantes, o povo que saiu às ruas. Tivemos a lei das inelegibilidades. Ele também participou disso. Então, na idade em que estou, não posso fazer injustiça com nenhum homem público, porque respondi a nove processos criminais e sei o que é fazer injustiça a outros. A esta altura, estou lutando no sentido de que a classe política se une, porque a verdade é esta: o pior Presidente eleito pelo povo será bem melhor do que qualquer militar escolhido por junta ou Colégio Eleitoral. A verdade é só essa. Eles estão mandando há muito tempo. Não que os militares não sejam bem intencionados. Eles o são. São patriotas — acredito — são nacionalistas. Mas, em matéria de administração, estão acostumados: direita volver, esquerda volver, ordinário, marche, desce bandeira, sobre bandeira. A realidade é esta, Sr. Presidente.

Terminando, estou dizendo isto porque sou reservista. Tenho algum conhecimento dos militares com que privei minha vida pública. São patriotas, reconheço. Noventa e cinco por cento, dos militares o mais, foram envolvidos por uma camarilha política muito viva que domina este País, alguns civis, e não se modificou nada. É preciso, com urgência, entrar em entendimento. Não tenho nada a perder. Que posso perder a esta altura da vida? Vou continuar dizendo as verdades que disse durante 20 anos. Na época dos atos institucionais, quando proibiram financiamento do Banco do Brasil para plantar arroz e feijão, fui obrigado a vender minha fazenda, porque, cassoado, não podia receber esse financiamento. Não podia plantar feijão, nem arroz, nem milho, e vendi a fazenda. Conservei meu gado. Naquela época dos atos institucionais — **O Cruzeiro** até publicou reportagem — havia uma vaca que se chamava Fardada; outra, Corrupta; a outra, Subversiva; a outra Redentora. Um touro recebeu o nome de IPM, e, por sinal, era muito ruim de serviço. Minha posição, há muitos anos, é bem conhecida: não sou contra militares. Caí da prefeitura em virtude de haver contrariado os banqueiros e o Governador do Esta-

do, e não quis receber ordem dos militares, porque eles gostam de mandar, e também gosto. É como eu já disse: da fruta que eles comem gosto até do caroço. Então, nós não poderíamos combinar. Eu tinha sido eleito e queria exercer meu mandato. Sr. Presidente, ninguém ouvirá da minha boca uma acusação aqui. Ninguém me ouvirá chamar alguém corrupto, ladrão, desonesto. Respeito a todos os Parlamentares e a todos os homens públicos deste País, porque sei o que é sofrer uma injustiça. Às vezes, demora-se dez anos para provar inocência, e, depois de dez anos, consegue-se provar, como eu consegui; fui absolvido na época dos atos institucionais, brigando com eles, e me defendi.

Quero esclarecer, Sr. Presidente, que, em um dos IPMs a que respondi, com a presença do Coronel Sílvio, depois de depor durante onze horas, ele me disse: "Carone, você, durante onze horas, nos tratou agressivamente; por que dessa maneira? Nós éramos cinco, e estávamos armados". Eu meti a mão no bolso e disse: "Por isso não, Cel. Sílvio, meu revólver também está aqui". Então, eu depus durante onze horas com o revólver no bolso — sem eles perceberem, lógico. Já sofri bastante, já experimentei bastante essa ânsia, essa ambição de poder e de mando sem interesse de servir ao povo. Temos de pensar, acima de tudo, na inflação, no desemprego, na miséria, na falta de oportunidade para o homem mais humilde. Precisamos realmente de um Governo popular. Eles, por exemplo, fazem restrições a Brizola, Brizola, na minha opinião, é um grande brasileiro, um homem que tem a coragem de dizer a verdade. Outros, às vezes, discordam. Então, não faço restrição nem à direita, nem à esquerda, porque, graças a Deus, quando a esquerda atravessou no meu caminho, apanhou; e quando a direita atravessou, também levou bastante porretada. Eu sou é brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Pinto.

O SR. ALDO PINTO (PDT — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Chefe da Casa Civil, Dr. Leitão de Abreu, no momento do envio da Mensagem Presidencial que determinava e determina uma série de mudanças na Constituição, entendia que existe a necessidade de se buscar, através da negociação, uma solução para o problema relacionado à eleição direta para Presidente da República.

Dante dessa tese, S. Ex^e também manifestou sua posição de que a forma mais adequada para agilizar essa negociação seria exatamente a retirada dos candidatos à Presidência da República pelo partido do Governo. Leitão de Abreu, Chefe da Casa Civil, foi contestado por S. Ex^e, o Chefe do SNI, General Otávio Medeiros. Surgiu aí a primeira briga, mesmo antes de se examinar especificamente a emenda do Presidente da República.

Ontem, no Rio de Janeiro, reuniu-se o staf do Presidente da República; lá estavam também as partes que há pouco procurei relacionar. O General Otávio Medeiros saiu intraquilo e o porta-voz do Presidente da República, o Sr. Carlos Átila, expressou a vontade de S. Ex^e, dizendo à Nação que, indiscutivelmente, concordava com a tese de seu Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, de que as negociações de fato poderiam ser agilizadas mediante a retirada dos candidatos à Presidência da República por parte do PDS.

Estamos diante deste impasse. Na verdade, é um fato novo dentro de todo o problema que está envolvendo dia-a-dia esta Casa, e a Nação aguarda com muita expectativa uma solução. Entendo que é um passo muito importante para um processo de negociação. Agora já se sabe que um dos candidatos já se colocou exatamente contrário à tese da retirada da sua candidatura à Presidência da República e que os representantes da Casa já

manifestaram seu protesto a esta pretensão de conciliação nacional por parte do Presidente da República.

No nosso entendimento, **data venia**, passa o candidato Maluf a ser um contestador do regime, e ao mesmo tempo um homem que deseja, acima de tudo, uma solução para si, e não para a Nação. Passa o candidato Paulo Maluf a dividir totalmente as pretensões daqueles que buscam, através da negociação, a paz nacional. Este preço, no meu entendimento é muito caro, não só para S. Ex^e, o candidato do PDS, mas para que se procure encontrar aqui, no Congresso Nacional, a tão desejada solução.

Nós, das oposições e, de um modo especial, o meu partido, entendemos que a forma mais adequada é exatamente buscar uma solução em cima de propostas concretas, para que a Nação tenha conhecimento do futuro da sua vida política. Em cima dessas propostas concretas, que seriam expostas em um documento, tentaríamos viabilizar aquilo que chamamos a saída institucional para o País, as eleições diretas para Presidente da República. O nosso entendimento, nada mais lógico, seria o de trabalharmos em cima dessa emenda que tramita no Congresso Nacional, para buscarmos com nossa participação, aquilo que pelo menos pretendemos: as eleições diretas já. Ao mesmo tempo, entendemos que os candidatos presidenciáveis do Governo, com a retirada de suas candidaturas, poderão aqui dar também uma contribuição para que o povo, através de sua manifestação escolha o futuro Presidente da República. Deve-se buscar, em primeiro lugar, a saída para o problema institucional e, depois, pelo trabalho de cada candidato, a solução para cada partido político e, acima de tudo, a solução para a Nação.

Repeto aqui, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares: as manifestações hoje expressas pelo porta-voz do Governo Federal, Carlos Átila, são muito sérias. Precisamos cobrar uma postura do partido do Governo e, mais do que nunca, dos candidatos presidenciáveis do partido do Governo. Será que eles vão atender ao pedido de S. Ex^e, o Sr. Presidente da República, para que haja de fato o início de negociação? Ou será que se vão colocar contra o Planalto, contra o regime, contra o Governo e contra o povo? Só eles poderão afirmar, no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sebastião Nery.

O SR. SEBASTIÃO NERY (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, direi apenas umas poucas palavras, pois o meu companheiro Aldo Pinto me roubou o assunto. Quero relembrar aqui o que aconteceu ontem, no Rio de Janeiro. Era visível o nervosismo na solenidade do Dia da Vitória, tanto por parte dos Ministros militares, como dos chamados militares da Casa. Logo depois da solenidade, saíram todos, visivelmente nervosos, e foram almoçar na casa do Ministro Décio Jardim de Mattos. Os jornalistas, políticos e outras pessoas ali presentes não conseguiram atinar com o que estava acontecendo. Havia um dado mais ou menos grave: na véspera, o Presidente da República, em companhia do Ministro do Exército, passara várias horas na casa do General Muniz de Aragão, talvez até meia-noite.

Ora, quando os militares começam a se reunir, Sr. Presidente, o País vai mal. Quando os militares estão nervosos, Sr. Presidente, o País vai péssimo. A meu ver, os fatos que estão repercutindo sobretudo na bancada do PDS nesta noite, nesta tarde, aqui no Congresso, agravaram-se a partir do nervosismo de ontem dos militares. E mais ainda, o jornal **O Globo** publica hoje uma espantosa entrevista do Ministro-Chefe do SNI puxando as orelhas do Ministro-Chefe da Casa Civil. O General Medeiros, perguntado pela imprensa sobre o que achava

da proposta do Ministro Leitão de Abreu, no sentido de que os candidatos do PDS retirassem suas candidaturas, para facilitar uma negociação, respondeu apenas e desdenhosamente o seguinte: "Isso é conversa". E mais, disse: "Bom, o problema não é nosso. Se eles não retirarem, ficam aí; vão para o Colégio Eleitoral e cuidam de modificar a Constituição". O Ministro General Chefe do SNI, que não é o Ministro político do Governo, que não é o porta-voz do Governo, dá uma entrevista grande à imprensa, desmentindo o Chefe da Casa Civil, que é evidentemente o porta-voz político do Governo com o Ministro da Justiça — e mais, desmentindo agressivamente. Hoje o resultado está aí. Já vem o porta — "recaido" Átila dizendo que o Presidente da República não concorda com Medeiros. Isto quer dizer que eles estão divididos lá, ali perto, e quando os Militares estão divididos, é muito pior ainda, Sr. Presidente. A Nação não vai poder dormir tranquila hoje à noite. É claro que eles não estão se entendendo. Alguns acham que é bom, porque, quando eles se entendem, cobram fatura nas costas do Congresso e nas costas do povo.

Mas, Sr. Presidente, os problemas deste País são graves demais para que a reunião dos cinco da Casa vire um disputa; de um lado, o Presidente, de outro o General Medeiros; de um lado, Leitão; de outro lado, o General Medeiros. Não sei o que pensa o General Venturini, ou se pensa alguma coisa o General Ludwig. Mas o nervosismo de hoje, o nervosismo dos nossos queridos companheiros do PDS, sobretudo dos companheiros que apoiam a candidatura Maluf, não representa um bom amanhã para o País. Aqueles que rezam, rezem esta noite, porque eles acabaram com as eleições diretas, eles tiraram ao povo o direito de escolher o seu Presidente, alegando que as eleições diretas trariam crise para o País. Desde que eles aprovaram e impuseram ao País as eleições indiretas, cada sucessão é uma série de golpes em cima de golpes. Cada sucessão é uma divisão dos militares e do seu comando. Tivemos a sucessão com o Presidente Geisel depondo o Ministro do Exército, derrubando o Chefe da Casa Militar, impondo o General Figueiredo. E, hoje, como vai ser? Irá o Presidente da República derrubar, hoje à noite, o Chefe do SNI? E o Ministro do Exército, que está pensando? Ninguém sabe. E o Ministro da Aeronáutica? E o Ministro da Marinha, que substituiu o outro que foi derrubado há pouco tempo? Ora, Sr. Presidente, eles acabaram com o direito de o povo eleger o Presidente da República, dizendo que o Alto Comando do Exército, que os militares, que os Generais têm mais competência, tranquilidade e senso para escolher escolhem. Mas, agora, a crise está dentro da casa deles. E quando a crise está dentro da casa deles, a cumprida vai cair, como sempre, nas costas do povo brasileiro.

O Sr. Francisco Amaral — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em fins do ano passado, a Presidência da República encaminhou o Projeto de Lei nº 14, CN-83, através do qual pretendia resolver os problemas financeiros da ELETROBRÁS. Em curso a matéria pelo Congresso Nacional, foi a mesma emendada, a fim de que aquele tratamento que o Executivo pretendia em relação à ELETROBRÁS se desse também, de forma igualada, às concessionárias de energia elétrica dos Estados. Essa emenda acabou sendo aprovada pelo Congresso Nacional, sendo então, a matéria enviada à consideração do Sr. Presidente da República, que vetou a parte relativa aos Estados. Pois bem. O veto veio à consideração deste Plenário, no dia 3 de maio últi-

mo. E hoje expira, o prazo para sua apreciação. Esteve na Ordem do Dia; não houve **quorum** e não pôde ser votado. Em razão disto, ainda ontem percorri as dependências desta Casa e consegui a maioria das assinaturas das lideranças partidárias do Congresso Nacional. Por esta razão, encaminho a essa Presidência requerimento no sentido de que inclua o referido voto na pauta ainda na vigência do prazo, para que ele sofra sua apreciação e mereça votação que poderia ser favorável ou desfavorável.

Quero, nesta oportunidade, ao mesmo tempo em que lembro essa Presidência da conveniência de estudarmos uma maneira de os vetos terem duas ou mais oportunidades, normalmente, de serem votados por este Plenário, encaminhar o requerimento, a fim de que se inclua na pauta esta matéria, ainda em tempo hábil, para que possa ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nobre Deputado Francisco Amaral, a Presidência lamenta profundamente não poder acolher a questão de ordem de V. Ex^e, nem mesmo seu pedido, tendo em vista que, ainda que houvessem acordo de lideranças neste partido, não há mais, o **quorum** necessário, para a votação da matéria, que é de 2/3 de membros de cada Casa do Congresso Nacional. De forma que a matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta matutina do último dia 3, quando teve sua discussão encerrada, deixando de ser procedida a sua votação por falta de **quorum** constitucional.

Lamento profundamente não atender ao dinâmico Deputado Francisco Amaral.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Édison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PDS — MA). Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, eu pretendia abordar outro tema nesta noite, mas a Oposição, nesta Casa, já se tornou tão forte que acaba por conduzir os assuntos sobre os quais nós, do PDS, devemos falar

Ovi a palavra do eminente Deputado Aldo Pinto; em seguida, a do meu companheiro Sebastião Nery. Parece-me que S. Ex^e nos traz uma preocupação a mais das que já temos. Já não bastam nossas agruras de cada dia, e acrescentam-nos mais algumas. Felizmente, todas não passam de pura encenação de palavras.

Os meus companheiros da Oposição encontram dificuldades em nosso partido quando, na verdade, elas existem e estão aí, publicamente, na Oposição, e não no PDS. Procuram esconder suas terríveis contradições com fatos episódicos, que não dizem nada, não significam muito. Dão conta de reuniões seguidas de militares; de militares do gabinete do Presidente da República; militares do Comando do Rio de Janeiro, como se de fato estivesse havendo uma crise militar no Brasil. Não há crise militar de qualquer natureza, nem mesmo do ponto de vista político. O que ocorre são as reuniões normais dos Ministros auxiliares do Presidente da República, que

conversam entre si sobre todos os temas, como é de seu dever. Mas eles fazem isto neste Governo, há cinco anos. Parece-me que a Oposição apenas agora acordou para as reuniões das nove. E há ainda, Deputado Sebastião Nery, uma reunião às quinze horas. São duas reuniões por dia — a Oposição só descobriu uma — reuniões diárias com o Presidente da República. Nestas reuniões, é claro, os Ministros auxiliares do Presidente da República trocam idéias com S. Ex^e sobre todos os temas. A verdade é que a Oposição arma uma crise, uma novela política. Nisto, invejo a competência do Deputado Sebastião Nery. Mas posso dizer, Sr. Presidente, que nem mesmo o questionamento dos hossos candidatos terá grande êxito por parte das Oposições. A Oposição, agora, já não satisfaz em indicar os próprios candidatos, quer também indicar os do PDS. Acha que o PDS deve abdicar dos candidatos que têm e que estão postos já há muito tempo, lutando dentro do partido, o que significa o fortalecimento da agremiação política. Ocorre que, sem partido fortalecido, não há democracia fortalecida. A Oposição acha que não; que ela deve ter ingerência no partido situacionista e fazer com que sejam removidos os candidatos do PDS, para seu gáudio pessoal. Ora, isto não é possível; pelo menos, ainda não é. Sei que a fortaleza da Oposição é algo formidável, mas não chegou, ainda ao ponto de escolher os candidatos e de retirá-los a seu talante. Sr. Presidente, não há nada. O que há é pura e simples movimentação política, nesta fase sucessória. Não conheço nenhuma sucessão presidencial, neste País, que não tenha sido acompanhada de dificuldades e até de crises e traumas. O que está ocorrendo agora não chega a ser um trauma, nem uma crise. São dificuldades normais que existem em toda sucessão. Vamos continuar nossa vida política, sem aumentar nossas angústias, sem elevar o nível das pressões, que não estão assim tão altas, mas poderão subir se a Oposição resolver destinar sua inteligência e seu trabalho a essa atividade esconsa da vida pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP) — Sr. Presidente, solicito transcrição nos Anais do Congresso Nacional de nota à imprensa emitida pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores.

NOTA A QUE SE REFERE O DEPUTADO JOSE GENOINO EM SEU DISCURSO

PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETÓRIO NACIONAL
NOTA À IMPRENSA

O Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores — PT, reunido em São Paulo em 5 e 6 de maio, reafirma

o propósito de continuar e intensificar a luta pela realização de eleições diretas, já, em 84. Dentro desta perspectiva, o PT anuncia desde logo que não participará do colégio eleitoral nem tampouco de quaisquer negociações que privem o povo de seu inalienável direito de eleger, ainda neste ano, o Presidente da República.

A apregoada conciliação com o regime autoritário só virá beneficiar as elites, em detrimento dos interesses da esmagadora maioria do povo. A história brasileira é proíbida em pactos semelhantes: setores das classes dominantes aliando-se para excluir o povo das decisões políticas.

Qualquer outro caminho que não seja o indicado pelo povo, representará continuidade da submissão ao Fundo Monetário Internacional — FMI, com suas trágicas consequências — recessão, desemprego e fome. Representará igualmente a manutenção dos tradicionais mecanismos de manipulação e opressão da classe trabalhadora — Lei de Segurança Nacional e Consolidação das Leis do Trabalho, entre tantos outros.

Coerentes, pois, com as posições que temos expressado reiteradamente, condenamos aqueles que insistem em ignorar a vontade manifesta nas praças do Brasil inteiro, tentando substituir as diretas, já, por enganosas alternativas (mandato-tampão, pseudoparlamentarismo, eleição pelo Congresso, etc). Tais propostas desviam a luta democrática dos seus verdadeiros objetivos, dividem as oposições, confundem a população e carregam água para o moinho dos adversários das aspirações populares.

A votação da emenda Dante de Oliveira (decisão ilegítima do Congresso Nacional, porque contraria a vontade dos brasileiros e tomado sob jugo das medidas de emergências), marcou tão-somente o final da primeira fase da campanha, cuja tônica foi dada por grandes comícios e manifestações públicas, emprestando à luta parlamentar um conteúdo popular em paralelo em nossa vida política.

A segunda fase começa agora e, para que tenha êxito, impõe-se definições claras quanto aos métodos e objetivos. Reafirmamos, nesta oportunidade, o Comitê Nacional pelas Diretas (bem como os comitês regionais e locais) como o foro de orientação da Campanha, cujo espaço principal deve continuar sendo o das ruas e das praças, dos bairros, das empresas e das escolas.

O Sr. Lélio Souza — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Tem a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Lélio Souza.

Ata da 89^a Sessão Conjunta, em 9 de maio de 1984

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 20 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Al-

berto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior

— Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Enéas

Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araújo — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Jessé Freire — PDS; Ving Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tayares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de

Carli — PDS; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerro — PDS; Mansfeto de Lavor — PMDB; Miguel Araújo — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Ruy Bacalar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denízar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Hamilton Xavier — PDS; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Lázaro Carvalho — PDS; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gérardo Renáut — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carrone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Paulinho Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roraimburgo Romano — PMDB; Sérgio Ferrara — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Car-

doso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Israel Dias Novaes — PMDB; João Cunha — PMDB; João Hermann — PMDB; José Genoino — PT; Maluly Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Irapuan Costa Júnior — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gears — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Norton Maceo — PDS; Oscar Alves — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salomão — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nelson Marcezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 297 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão do Proje-

to de Decreto Legislativo nº 4, de 1984-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.072, de 1983.

O Sr. Lélio Souza — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Líder Lélio Souza para uma questão de ordem.

O SR. LÉLIO SOUZA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Com fundamento no mesmo dispositivo regimental, requeiro a V. Ex^a o encerramento da presente sessão, pela evidente falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Em face da questão de ordem levantada pelo nobre Líder do PMDB, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 23 minutos.).

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 80

Está circulando o nº 80 (outubro/dezembro de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, período trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas.

Este número, com 406 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

Senador Nilo Coelho
Ex-Senador Teotônio Vilela

COLABORAÇÃO

- Visão e atualização internacional de Simón Bolívar — *José Carlos Brandi Aleixo*
La Constitución como norma y como ley — *Jorge Sifra-Heras*
A solução parlamentarista — *Paulo Bonavides*
Calamidade: seu regime constitucional — *Moacyr de Oliveira*
O Direito Romano e a noção ocidental de "Direito" — *Nelson Saldanha*
O crime de omissão e a responsabilidade penal por omissão — *Everardo da Cunha Luna*
Posição do resultado do fato criminoso: teorias explicativas — *João Batista da Silva*
Direito Penal do Trabalho — *Fernando Whittaker da Cunha*
Necessidade de atualização da reparação pelo dano à pessoa humana — *Antônio Chaves*
Interrupción voluntaria del embarazo — reflexiones teológico-jurídicas — *Antonio Beristain*
Breves considerações sobre a graça, o indulto e reduções de penas — *Jarbas Fidelis de Souza*

Competência firmada em inquérito policial e atuação do Ministério Públíco Federal — *Arx Tourinho*

A instituição do Ministério Públíco perante a ação penal pública — — *João Carlos Kurtz*

Políticas recentes de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal penitenciário — *José Arthur Rios*

Normas gerais de regime penitenciário. Um anteprojeto, sua explicação e um comentário — *A. B. Cotrim Neto*

En torno e la libertad vigilada — *Julio Peña Nuñez*

Implicações sócio-jurídicas do desemprego — *C. H. Porto Carreiro*

Negócios nulos e anuláveis: efeito da sentença — *Zeno Veloso*

Critérios para a fixação de alimentos entre os cônjuges — *Domingos Sávio Brandão Lima*

Reprografia e Direito de Autor — *Carlos Alberto Bittar*

Conselho Consultivo — *Silveira Neto*

O tribunato da plebe em face do direito romano — *Sílvio Meira*

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1984: Cr\$ 8.000,00 (nºs 81 a 84)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

SENADO FEDERAL

Brasília, DF — CEP: 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00